

Cartografia como uma Cripistemologia: Reflexões a partir de um Território Autista

Cartography as a Cripistemology: Reflections from an Autistic Territory

Luiz Gustavo DUARTE

Doutorado em Saúde Coletiva. Professor
efetivo no Instituto Federal do Paraná – IFPR, *campus*
Palmas. Colegiado de enfermagem.
E-mail: lgduarte@proton.me

Maira Sayuri Sakay BORTOLETTO

Doutorado em Saúde Coletiva. Professora
Adjunta do Departamento de Saúde Coletiva.
Universidade Estadual de Londrina – UEL.
E-mail: mairuska@gmail.com

Resumo:

O artigo traz uma discussão elaborada a partir de uma cartografia realizada por um pesquisador com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Esta cartografia, é feita pelo mapeamento das linhas de desejo do próprio processo de pesquisar que transcorreu durante seis anos, compreendendo o mestrado e doutorado. Considerando as elaborações de Deleuze e Guattari a respeito da cartografia como o mapeamento das afetações vivenciadas em determinado território existencial, compreende-se aqui que esta, quando produzida a partir de um território crip - aleijado – emaranha-se e ganha potencial como uma cripistemologia, sendo, portanto, uma maneira de produzir conhecimento que rompe com o apagamento das pessoas com deficiências.

Palavras-Chave: Teoria crip, cartografia, transtorno do espectro autista, filosofia da deficiência.

Abstract:

This article presents a discussion based on a cartography performed by a researcher diagnosed with autism spectrum disorder. This cartography is made by mapping the lines of desire of the research process itself, which took place over six years and included both master's and doctoral degrees. Considering the elaborations of Deleuze and Guattari regarding cartography as the mapping of the affectations experienced in a given existential territory, it is understood here that this process, when produced from a crippled territory, becomes entangled and gains potential as a cripistemology. It is, therefore, a way of producing knowledge without erasing people with disabilities (PWDs).

Keywords: Crip theory, cartography, autism spectrum disorder, philosophy of disability.

INTRODUÇÃO

Este mapa, apresentado aqui, decorre de uma cartografia produzida ao longo dos anos que o autor principal, com sua orientadora, coautora, realizou o mestrado e o doutorado. Ao longo de seis anos, foi tecida uma pesquisa que vivenciou as rotinas de um Consultório na Rua no município de Londrina-PR. Tal pesquisa, apresentou na forma de artigos, dissertação e tese aqueles possíveis mapas cartografados ao longo das vivências.

No decorrer deste processo, foi sendo construída, não apenas uma análise e mapeamento daquelas vivências no consultório, mas também, numa dobra, uma cartografia do próprio processo de pesquisar e construir análises e mapas. Propomos, neste artigo, apresentar discussões mapeadas ao longo deste período que dialogam com a habitação em um território existencial autista, de maneira que esta autoanálise, própria dos referenciais cartográficos discutidos a partir de Deleuze e Guattari, também se imbricam com as teorias conhecidas como cripistemologias.

Deste modo, este artigo, visando contextualizar este novo conceitual e processual, apresentará as concepções cartográficas, as propostas das teorias crip, para que então, com uma contextualização da posição territorial do autismo, seja tecido este mapeamento.

DEVIR-PESQUISADOR-CARTÓGRAFO

A cartografia é uma proposta advinda de Deleuze e Guattari, a partir da obra *O Anti-Édipo* (2011a), continuando a ser trabalhada e desenvolvida em suas publicações posteriores. Com o passar dos anos, ela ganha um corpo próprio de produção de conhecimento em outros autores, pensadores e pesquisadores. Constroem-se, então, modos de produzir conhecimento que não estão pautados nas concepções tradicionais do fazer científico, no qual o método é único, e tido como neutro e objetivo diante do mundo, com a anulação do próprio pesquisador na produção de conhecimento.

O mapa produzido na cartografia, decorre do acompanhamento dos afetos vividos ao longo da experiência daquele que a produz. Deleuze e Guattari colocam que este é o mapeamento das linhas de desejo que percorrem nosso corpo ao vivenciarmos encontros. O que se considera e cartografa não está no plano da representação, mas sim o devir produzido, o que o agencia, ou que não o deixa agenciar, aquilo que age como agente de produção ou mesmo de antiprodução (Costa e Amorim, 2019).

As linhas de desejo são linhas de devir que percorrem os corpos. Fluxos incessantes que forçam, esgarçam e tendem à vida. Linhas de movimento constante que pautam o próprio real. Se dão em latitudes e longitudes pré-individuais que irão compor um indivíduo, advindos de acontecimentos singulares do plano de imanência, a que serão reconhecidos por suas formas e funções em outro plano, o plano organizativo (Deleuze, 2002; Deleuze e Guattari, 2011b).

O plano de imanência, molecular, é onde a realidade não é representativa, não tem função, não há falta. Todas as conexões entre multiplicidades, ausentes de dimensão oculta (N-1), deixando para trás o 0, ponto inicial, que insiste em dar início a algo. É o devir puro. Assim, há de se compreender que o processo do desejo se dá num nível pré-individual, mas que sua composição articulará no plano organizativo no indivíduo (Deleuze e Guattari, 2011b).

No plano de organização, com representações, formas e imagens derivadas, não são perceptíveis os movimentos do devir, há uma organização daquilo que se percebe. Tal organização fixa as formas e sujeitos, e para que não se restrinja a uma análise que investigue apenas tais modos perceptíveis no plano de organização, se torna necessário o reconhecimento de tais percepções de linhas de desejo, devir, de maneira que não se tenha uma interpretação apenas representativa da realidade (Deleuze e Guattari, 2011b).

Se há tais linhas de desejo que percorrem os indivíduos, também há movimentos que ocorrem da mistura, ou relação entre corpos que não são necessariamente humanos, mas que irão produzir o

real. Com a existência de uma geografia da terra, dos estados, dos mares, simultaneamente também há a das pessoas. Deleuze (1998, p. 9) expõe isto da seguinte forma:

Por exemplo, tento explicar que as coisas, as pessoas, são compostas de linhas bastante diversas, e que elas não sabem, necessariamente, sobre qual linha delas mesmas elas estão, nem onde fazer passar a linha que estão traçando: em suma, há toda uma geografia nas pessoas, com linhas duras, linhas flexíveis, linhas de fuga etc.

Este direcionamento geográfico, se firma presente pela própria filosofia de Deleuze. Isto, pois, sua filosofia é um procedimento de pensamento geográfico, que se dá nos tipos, ausente de hierarquias, onde privilégio está na constituição dos espaços. Não se tem a história ou linearidade como norte ou ponto fixo, mas sim alocações por espaços, topografias que localizem, mapeiem e pontuem onde se dá tal trama, onde se desenrola tais modos de viver, habitar e pensar (Machado, 2009).

Não há como estabelecermos um *a priori* na confecção de mapas, ou mesmo um mapa ideal, pois estaríamos desaguando em um bom-senso teleológico ou em um senso comum moralmente divino. Daí que as cartografias fluem de conforme os fluxos e cortes que o desejo produz. Seguem as efetuações e contra-efetuações dos acontecimentos, pois não há como separar-se como pesquisador de tais misturas. Os corpos se misturam, o devir flui, não há método observacional presumidamente neutro que destitua isto (Prado Filho e Teti, 2013).

A partir de tais pontos que Deleuze e Guattari desenvolvem a noção de que todo território é existencial. O território é onde os seres se organizam, onde a subjetivação se dá. É o plano onde os investimentos irão emergir, sejam em ambientes sociais, relações políticas, culturais, entre outras (Guattari e Rolnik, 2013). Para haver tal formação, são necessários agenciamentos, os quais são inseparáveis do desejo. Agenciamentos, são unidades mínimas do real, neles há uma tetravalência distribuída em eixos vertical e horizontal. Na horizontalidade temos segmentos de expressão e conteúdo, é o agenciamento denominado “maquínico de corpos”, que irão organizar estes no espaço e tempo, se dão nas paixões e ações entre os corpos, uma mistura onde os acontecimentos se dão. Já o eixo vertical, diz respeito aos territórios e reterritorialização que irão buscar estabilizá-lo, mas juntamente em também há uma desterritorialização que os rompe, são agenciamentos coletivos de enunciação, por operarem nesta semiótica, em regimes jurídicos, propagandas ou juramentos (Menezes, 2006).

Como colocam Guattari e Rolnik S (2013, p. 323):

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos [...] O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir.

Disto, o território é um agenciamento, visto que é no território que tais produções irão ser agenciadas e produzidas. Sempre em um território, não fora dele, pois um agenciamento é sempre territorial, e por isto também que, o território também é formado por agenciamentos. Nesta articulação que vão se formando territórios, sendo reorganizados, mas também se desterritorializando, para se estabelecer em outros territórios. Isto, claro, sempre com linhas de desejo envolvidas (Enes e Bicalho, 2014).

Nesta geofilosofia que Deleuze e Guattari, propuseram, me debrucei para mapear os afetos (Silva e Sousa, 2020). Não buscava mapear os planos de organização, como as situações se representavam, ou eram construídas numa enunciação específica, mas sim, como aquelas afetações, produziam certos estranhamentos, sensações e me agenciavam de certas maneiras, ou seja, como as linhas de desejo se comportavam diante de tais afecções.

Com este território que foi se construindo, no devir-pesquisador que se afirmava no percorrer da construção cartográfica, rompantes são, não apenas esperados, desejados. O rompante que surgiu como um abalo sísmico nesta cartografia se deu com o diagnóstico de autismo no início do doutorado. Desta maneira, diante desta fratura, surge o território do autismo, e com ele as tentativas de reconhecimento e a afirmação daquilo que se estabelece com tal território.

RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO AUTISTA

No processo cartográfico, inicialmente o cartógrafo se deparou com duas questões essenciais para o ponto de partida das linhas dos mapas vindouros, o corpo exausto, e os limiares da desterritorialização. Quanto ao primeiro, o corpo exausto, pode-se remeter àquela imagem do corpo sedentário que ao mínimo esforço já percebe que o peso de sua carne não é o mesmo daqueles minutos antes do movimento. Contudo, o que trago é um corpo exausto de afecções de estar no próprio sul do

mundo em tempos de realismo capitalista¹. Cada cartografia é única, entretanto, há territórios nos planos molares que são comuns, que já foram tratados inclusive pelos próprios Deleuze e Guattari, os quais agem nessa produção de subjetividades esmagadas, destruídas, despotencializadas. Não deixo de reconhecer que, ainda mesmo nesta condição, tenho um rosto social que me abre portas nesta organização capitalista. Sou branco, homem, hétero, cisgênero, além de várias outras características molares que compreendo que fazem a minha inserção no mundo ser menos violenta que de minorias que a todo momento tem seu corpo atacado.

Contudo, como é próprio destas produções de mapas, não posso deixar de citar que meu corpo está exausto. Mark Fisher traz bem esta questão quando nos apresenta como o realismo capitalista penetra em nós, ele “condiciona não apenas a produção da cultura, mas também a regulação do trabalho e educação — agindo como uma espécie de barreira invisível, limitando o pensamento e a ação” (Fisher, 2020, p. 33). Nisto, não há apenas uma reconfiguração de como vemos o passado, mas também como não conseguimos projetar um próprio futuro fora das possibilidades que o capitalismo oferece, uma limitação não só de ação, mas de pensamento.

Isto faz parte da produção de um corpo cansado, exausto, exaurido de qualquer desejo que não seja uma interpretação errônea deste baseada na falta. Produz-se a falta de bens materiais, de espaços, de tempo, etc., contudo, o corpo exausto que escreveu este artigo consegue lidar em certa medida com alguns agenciamentos. Assim, a apresentação em linhas de grande intensidade ao longo da cartografia, é mais próxima do corpo deste pesquisador, o qual é ordenado, neurótico, sedentário, inserido no realismo capitalista que visa capturar e burocratizar até a mínima atividade diária. É nestes rompantes dos territórios que o corpo exausto consegue reconhecer a produção de um devir e fugir das linhas de conservação.

O reconhecimento deste esgotamento, foi colocado por Deleuze (1995) como aquilo que está muito além do cansaço. E desta distância, que não se confunde com um cansaço, é haver o esgotamento do possível, ou seja, é nele que o possível pode ser produzido por acoplamentos, renunciando da necessidade, sentido, escatologia ou interpretações e significações. Como trazido por

¹ Realismo capitalista é um conceito trazido por Fisher (2020) para explicar a realidade contemporânea pós-queda da União Soviética, como uma alternativa ao termo neoliberalismo. Isto, pois o que o realismo capitalista traz é uma pobreza, ou total ausência, de alternativas virtuais ou não para o sistema capitalista, sintetizado na máxima que é mais fácil imaginarmos o fim do mundo que do capitalismo.

Henz (2010, p. 83) “O esgotamento é a própria possibilidade de engendrar uma política que dissemine combinatórias, silêncios, transmutações de coisas, eus e impessoais parasitados”.

O outro ponto que se soma a tal esgotamento, está situado nos limites da desterritorialização. Isto, pois, o processo de vivência pelo cartógrafo que irá produzir a análise de um devir, das subjetividades, agenciamentos, fluxos, entre vários outros processos que ocorrem muitas vezes simultaneamente, provocam uma própria desagregação destes territórios existenciais que até então eram convenientes ao modo de viver do pesquisador. Claro que o capitalismo também necessita de certos pontos de desterritorialização para poder capturá-los e torná-los regimes de enunciação para a sujeição social e servidão maquínica. Todavia, nós também criamos territórios e os destruimos, rearranjamos, etc., e, para produzir a cartografia, o cartógrafo precisa ir de encontro a outros e a si. Não há cartografia representativa, tudo é visceral. Sente-se o mal-estar, a náusea, a mudança, da destruição de linhas conservadoras já muito bem estabelecidas quando se encontra outros corpos com devires tão potentes que agenciam uma própria destruição de seus territórios, de maneira que aquilo que antes você tinha muito bem estabelecido em seu modo de viver, passa a não pertencer mais a você, não havendo mais espaço para aquela organização anterior.

Esta autoanálise não é um processo simples, muito menos de curta duração. Aquelas linhas sedentárias, que vivem no realismo capitalista, são postas em xeque por, muitas vezes, “simples” encontros. O que Deleuze traz de Spinoza, “o que pode um corpo?” (Deleuze e Parnet, 1998, p. 49) continua válido. A questão aqui é compreender qual limiar de encontros com este corpo que provocará uma passagem deste limite e o desagregue de modo que não haja mais territórios? Como os territórios existenciais já estabelecidos suportam seus rearranjos e/ou destruições?

Pelo exposto, não há como distanciar o corpo exausto com o limiar da desterritorialização. É um exercício de autoanálise para entender que o corpo do pesquisador exausto não admite passagens de certos limiares. É no cuidado de si que se produz uma cartografia que não ceda ao ressentimento, que não desagregue a própria subjetividade.

Até tal momento era perceptível que há havia uma construção sobre este corpo exausto, onde os afetos tristes pareciam povoar e produzir o próprio pesquisador capturado pelas inúmeras linhas duras e flexíveis do aparelho de Estado. Porém, algo não funcionava. Não funcionava, pois antes de uma proposta cartográfica, é necessário a compreensão que nela não há um descobrimento de segredos possivelmente escondidos atrás de um véu obscuro que turva e separa de nós o conhecimento

verdadeiro. A cartografia se faz por função, ela tende a funcionar, ter um uso, não pré-estabelecido. É uma produção. De quê? Não sabemos, e aí está sua potência intrínseca.

Apesar de ser uma forma de produção de conhecimento que ocorre a partir de uma vivência de afetos e afetações, sempre havia algo incomodando o cartógrafo. Ao presenciar outros cartógrafos, outras vivências, ou mesmo ao ir a campo, esse cansaço, exaustão, dificuldade em sentir aquilo que todos pareciam sentir, seja em discussões no grupo de pesquisa ou em outras produções cartográficas, sempre me deslocavam e me colocavam a pensar o que poderia estar produzindo isto. Como havia exposto até aqui, alguns argumentos parecem fazer sentido. A noção de corpo exausto e o roubo da nossa imaginação de outros futuros são elementos que parecem adicionar uma boa proposta de constituintes de tal modo de existir. Mas não explicam tudo, e nem se propõem a tal.

Ocorre que tal dificuldade se pauta numa própria dificuldade de compreender e viver tais afetações do que se convencionou chamar atualmente de autismo. A partir do momento deste diagnóstico, no início do doutorado e processo de vivência no campo, o que havia sido produzido até então na cartografia ganha uma ruptura. Um abalo sísmico que parecia ser de múltiplos epicentros.

Uma questão passou a rondar os dias das vivências: Como fazer uma cartografia, mapear estes afetos, guiar por estes caminhos que necessitam de um mergulho nas afecções quando aquele que as realiza é alguém que não possui interesse em socialização? Que já possui uma condição que parece estabelecer uma grande dificuldade de expressão? Que possui dificuldade em comunicação e compreender contextos, estímulos não verbais?

É desse mundo que o cartógrafo em questão parte de um pensamento literal em um mundo simbólico. Um modo de produzir conhecimento pautados nas afecções e relações por alguém que parece não conseguir fluir por entre linhas flexíveis. Dentre as várias questões, aquela que condensa várias delas pode ser expressa pela dúvida: como poder produzir cartografia sendo autista?

A ciência tradicional, os métodos universalistas e os protocolos não foram pensados para pessoas com deficiência (PCDs). PCDs quando não ignorados, estes eram aqueles erros vivos da natureza que precisavam serem excluídos, expulsos, renegados, a ponto da sociedade poder florescer sem sua feiura e inutilidade, rondando os bons e perfeitos corpos produtivos (Laes, 2020).

Com a afirmação de um território autista, a produção de conhecimento a partir de uma cartografia ganhou um vetor de potencial ao invés de um constrangimento do corpo. Isto ocorreu, pela própria natureza da cartografia, pois como Deleuze e Guattari (2011a, p. 30) colocam:

O mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social.

Estes mapas, portanto, podem ser aleijados se necessários, não possuem um receio de negação de universais na medida que as afetações vividas os subvertem. Devido a isto, pode se encarar a cartografia como uma cripistemologia.

CRIPISTEMOLOGIAS

O termo cripistemologia foi criado Lisa Duggan em 2010, e utilizado em publicações com McRuer a partir de então. Parte do desafio de reconhecer as PCDs nos estudos da deficiência e como as pessoas com deficiência eram objetos de conhecimento para tais estudos. Este último especialmente, pois, para os autores, os estudos da deficiência acabam por estarem com uma harmonia consensual que sofrem como uma falta de divergência. Assim, as cripistemologias podem ser compreendidas como um termo guarda-chuva “onde essas posições *crip*² instáveis e variadas, poderiam ser interpretadas como profundamente imbricadas, e tentando fazer justiça a uma série de reviravoltas *queer* necessárias nos estudos da deficiência: fenomenológicas, transnacionais e afetivas” (Johnson e McRuer, 2014, p. 133, tradução nossa).

Como colocam (Johnson e McRuer, 2014, p. 134, tradução nossa):

Sugerimos a cripistemologia para aprimorar o neologismo ao realizar um trabalho cultural semelhante: pensar a partir da posição crítica, social e pessoal da deficiência. No entanto, o termo também amplia o foco da deficiência física para as subjetividades *crip*, por vezes elusivas, informadas por deficiências psicológicas, emocionais e outras deficiências invisíveis ou não documentadas.

As teorias *crip* são plurais. Decorrem de modo de produzir conhecimento que partem do próprio corpo, para que então se discuta este, o ambiente e as relações. Assim, não apenas se produz

² O termo ‘crip’ é não possui um equivalente direto no contexto brasileiro. Ele deriva do termo ‘*Cripple*’ (originado do proto germânico ‘*krupilaz*’), que se refere tanto àqueles incapacitados de se mover fisicamente quanto àqueles que precisam rastejar. Grosso modo, ‘*crip*’ pode ser compreendido como ‘aleijado’ ou ‘aleijar’, derivado do latim ‘*laesio*’, que significa lesão ou machucado. Ambos os termos funcionam como substantivos ou verbos, mas ao longo da história e do uso, eles também se tornaram palavras utilizadas como ofensas. Contudo, no contexto brasileiro, se considerarmos a abjeção e rejeição direcionadas as PCDs que o termo aleijado conota, é possível adotar este termo como um equivalente (Mello, 2016).

uma análise ou discussão a respeito de algo, mas também, na medida que se produz este conhecimento, afirma-se a vida (Greiner, 2023).

Considerando a afirmação da vida, os modos de existência e a própria ressignificação de termos chocantes e/ou pejorativos, as cripistemologias têm em suas genealogias contribuições das discussões advindas das teorias *queer*, do movimento negro, movimento feminista e manifestos que não partissem de questões próprias na norma homem-cis-branco-europeu (McRuer, 2006).

Podemos pensar as teorias *crip*, então, como a introdução de crises e rompimentos nas soluções universalistas que os corpos-capazes³, não deficientes, propõem, pensar de forma crítica, partindo da deficiência (McRuer, 2006). Isto, pois, as noções de deficiência, comumente, desemborcam de um jogo entre polos, da sorte/infortúnio, falta/completude, perfeição/imperfeição. Ocorre que, estas concepções são fraturadas quando se encontram com as vivências das próprias pessoas com deficiência.

Definições totalizantes acabam por fundamentar teorias e legislações que dizem respeito as pessoas com deficiência. Nelas, tais sujeitos são pensados e encarados de modos que sejam “incluídos” em determinados sistemas, com práticas que partem de dispositivos normatizadores nos quais a biopolítica atua de maneira a manter tais corpos à margem, excluídos, mesmo quando estão presentes em vários territórios da sociedade, pois sempre acabam distanciados do idealizado corpo-capaz. Dado o contexto, o termo *crip*, funciona como o termo *queer/bixa*, sendo utilizado na busca de, a partir de uma ressignificação, retirar a visão de ser/estar *crip*/aleijado, como algo pejorativo.

Tais pontos, passam por uma consideração da normatização dos corpos, onde os direcionamentos precisam de uma norma estabelecida por corpos-capazes.

Aqui apresento uma teoria que chamo de “corporeidade compulsória” e argumento que o sistema de corporeidade compulsória, que de certa forma produz a deficiência, está profundamente entrelaçado com o sistema de heterossexualidade compulsória que gera o *queerness*: na verdade, a heterossexualidade compulsória depende da corporeidade compulsória, e vice-versa (McRuer, 2006, p. 19).

McRuer (2006) traça alguns pontos que considera serem importantes ao pensar quais princípios que são próprios da teoria *crip*. Têm-se: 1. Reivindicar a deficiência e uma política de identidade da deficiência, ao mesmo tempo que se construa uma relação contestatória com essa identidade política; 2.

³ Corpos-capazes, advém do inglês *able-bodiedness*. Dentre as possibilidades de traduções, como corpos-aptos, corpos-hábeis, entre outras, optou-se pelo termo “capaz”, pois, ele permite o acionamento do termo capacitismo, como propõe Mello (2016).

Reivindicar a história *queer* de se assumir — “sair dos armários, entrar as ruas”; 3. Exigir que um mundo acessível é possível; 4. Insistir que um mundo com deficiência é possível e desejável, salientando que a contraglobalização e outros movimentos de esquerda que não conseguem começar a conceitualizar essa ideia, precisam ser mutilados e; 5. Inserir nas disputas de culturas privadas - ou privatizadas - e públicas, de como a não- deficiência e deficiência são concebidas, materializadas, espacializadas e povoadas.

Estes pontos indicam aqueles caminhos que a teoria *crip* se propunha a percorrer. A sua proposta é que, na medida que se pensa acesso, este acesso deve ter a sua própria concepção esterçada ao ponto de que necessários mal-estares surjam e sejam encarados. Como cita Piepzna-Samarasinha (2018, p. 16–17):

o necessário rompimento com os tradicionais formatos do “acesso como serviço oferecido a contragosto a pessoas com deficiência por pessoas sem deficiência que se sentem mal-humoradas com isso” para um “acesso como uma alegria coletiva e uma oferta daquilo que podemos oferecer uns aos outros”.

É a afirmação de que o anticapacitismo deverá, e será debatido, independente das estratégias autoritárias. Onde PCDs não sejam situados como próteses narrativas⁴ de conquistas ou utilizados apenas como alvo de ações de reabilitação. Não se deixar cair nas afirmações: mas todo mundo não é um pouco deficiente? (As quais podem ser facilmente estendidas para bixa, mulher ou outras multidões minoritárias). Como McRuer (2006) traz, é um modo de dizer: “vocês não precisam serem levados a sério, não é?” Esta própria universalização é um modo de apagar sofrimentos e lutas diárias destas pessoas.

Um direcionamento importante, ao olharmos as realidades corpóreas ideais expostas nos mais variados axiomas capitalísticos, é podermos manter a questão: como podemos aleijar isso? Isto está na busca da efetivação da acessibilidade, na medida que reconhecemos a existência das PCDs e questionamos as valorações morais impostas a esses corpos. Isso necessariamente passa pelo modo de vida sob a racionalidade neoliberal em um sistema capitalista, de tal modo que os próprios movimentos

⁴ Termo que advém do inglês Narrative Prothesis, conceito apresentado por Mitchell e Snyder (2001) que diz respeito a como as deficiências e PCDs são utilizados nas histórias literárias ou culturais, como alavancas para o avanço da narrativa, limitando o potencial de outros modos de compreender e representar as PCDs.

de esquerda que não considerem tais questões de acessibilidade “além das rampas”⁵ (McRuer, 2006; Russell, 2016).

As cripistemologias, portanto, buscam uma afirmação da vida pela perspectiva das PCDs, de maneira que aqueles sistemas e soluções criadas e pensadas por corpos-capazes, pessoas não deficientes, tenham suas teorias e concepções aleijadas. É a busca para mostrar que muitas das coisas já estabelecidas socialmente estão pautadas em alicerces capacitistas, nas quais o acesso ao cuidado, à cidade, à diversão, ao sexo, entre outras dimensões das vidas humanas, estarão limitadas às normatizações dos corpos-capazes.

AFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO AUTISTA

Durante a elaboração dos mapas, os reconhecimentos acerca de certos modos cognitivos de percepções sensoriais pareciam não dar o mesmo nome em relação àquilo que outros cartógrafos e pesquisas citavam. O território existencial do pesquisador se dava num modo onde havia uma dificuldade de organizar palavras, compreender certos modos de escrita, de expressões figurativas ou mesmo uma exaustão de simples encontros, ou vivências em grupo, nos quais o esforço para a adaptação às “cores” do ambiente sempre estava presente.

Aos poucos, essa destruição, própria da produção cartográfica, dá às caras a construção de uma percepção da singularidade do pesquisador. A mimetização de comportamentos e falas dos outros, lentamente, vão perdendo o sentido e significado, e a construção da afirmação da existência a partir de um corpo que vai percebendo os abalos sísmicos dos territórios que antes eram solo seguro, provocam não apenas um processo de produção de conhecimento, mas também a produção de outro sujeito neste processo, tão cobiçados na prática cartográfica.

Com o início do doutorado, aqueles aspectos camaleônicos, representativos e reconhecidos por muitos autistas, começam a ganhar voz no próprio pesquisador na medida que o processo cartográfico se desenrola, seguido pela confirmação diagnóstica do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

⁵ “Além das rampas” é a tradução dos autores para *beyond ramps*, termo utilizado por Marta Russel, em seu livro de mesmo nome, onde argumenta como as PCDs não possuem uma política de inclusão adequada no sistema estadunidense. Esta inadequação não reflete somente às PCD’s mas também dá um sinal para o futuro da sociedade, visto que as questões de corporeidade que as PCDs apresentam e restrição de acessos, mostram um prelúdio de outros segmentos da sociedade.

O TEA, antes de funcionar como um catalisador para uma identidade, surge como um território onde o pesquisador pode-se reconhecer como parte de seu modo de existir e afirmação da diferença. Isto, pois, uma espécie de “camaleonismo” é um aspecto de reconhecimento citado muitas vezes por pessoas com TEA (Silva, 2019). Nele, partindo de uma chamada “inabilidade social” pelos diagnosticadores, geralmente diante da presença de situações em que haja a necessidade de exercer um aspecto que compunha com a situação, o sujeito tende a adaptar-se as “cores” do lugar se torna uma condição da própria existência. Ou seja, constrange-se o corpo, limitando os comportamentos e ações, em prol de uma mimetização.

Esta expressão, camaleônica, exemplifica a corporeidade compulsória citada por McRuer (McRuer, 2006). Isto, pois, o corpo é constrangido a ponto de necessitar adaptar-se a certas normatizações estabelecidas por pessoas não deficientes, para que ser reconhecido como um corpo-capaz. Este constrangimento também é causador de sofrimento (Silva, 2019).

A produção do social, que continuamente se estabelece e atualiza nos seus modos de organizar e normatizar a vida, acaba por fixar funcionamentos em determinados espaços, que aqueles que estão no TEA destoam. Tal matiz de diferenciação, muitas vezes, é expressa numa caracterização da condição como um desinteresse por tais normas sociais. Contudo, se há uma norma para se estabelecer de uma relação possível, é porque foram necessárias que uma série de normas diferenciadoras fossem suprimidas em detrimento destas emergidas como adequadas.

UM ESPECTRO RONDA O AUTISMO

Os critérios diagnósticos atuais para o TEA estão pautados em um conjunto de sinais e sintomas que contém déficits na comunicação e interação social, padrões repetitivos no comportamento e déficits na comunicação, verbal ou não. Estas condições não se apresentam de uma forma onde a soma de uma condição com a outra caracterizará uma maior gravidade. De fato, elas funcionam como acoplamentos que formam uma singularidade por meio de uma multiplicidade (American Psychiatric Association, 2014).

De recente história, com pouco mais de cem anos, o termo autismo começou a ser utilizado em 1911 por Eugen Bleuler para descrever um dos sintomas da esquizofrenia, fazendo uma subtração de Eros, do termo psicanalítico freudiano autoerotismo, referindo como esta tentativa de adaptação a patologia com um efeito de dissociação. Também vale citar que esta forma de pensamento, descrito

como autístico, não é guiado por objetivos, mas por afetos e desejos, extraídos na esquizofrenia, daí o distanciamento entre interior e exterior nas crianças autistas (Dias, 2015).

Em 1942 o termo é utilizado por Leo Kanner para descrever o autismo como uma categoria infantil, tirando-a da esquizofrenia infantil, estabelecendo como uma categoria nosológica própria, com a sua constatação da relação inusual com pessoas ou situações e a desconsideração e exclusão de tudo o que é externo a ela (Bialer e Voltolini, 2022).

Desde a elaboração do diagnóstico, para Kanner, tais crianças não eram capazes de manter relações afetivas de qualquer espécie. Ele não somente categorizou tal relação fora do normalizado, mas também condições de fala e preservação de “mesmice” (Marfinati e Abrão, 2014).

Houve um estabelecimento da diferenciação do tipo de comportamento normal e necessário. Tal normatização atingiu não apenas as crianças na busca de uma homogeneização, mas também ressoou nas mulheres, visto que as mães foram vistas sob um aspecto moralizante, onde houve uma culpa recaía sobre estas. Kanner não relutou em utilizar o termo “mãe geladeira”, para incumbir na mãe a provável causa do autismo, pelo contrário, o estimulou (Bialer e Voltolini, 2022).

Destas universalizações que, na própria disputa de produção de conhecimento, a anomalia daqueles corpos atingidos pela normatização, agiram numa maneira de afirmar sua existência. Neste caso, os próprios pais e familiares de autistas, produziram estudos que colocavam em xeque as afirmações culpabilizadora das mães, e propuseram outras origens para a condição (Lopes, 2020; Bialer e Voltolini, 2022).

Kanner teve uma contribuição importante na definição diagnóstica do autismo, produzindo seus estudos em solo estadunidense. Contudo, em 1943 em Viena, Áustria, Hans Asperger, na sua tese de livre docência, propõe a definição de uma condição chamada de Psicopatia Autística Infantil, caracterizando-a por um severo prejuízo na interação social, alterações motoras e de fala, além de apenas ser apresentada no sexo masculino. Esta definição acaba tendo uma menor circulação devido à restrição de língua, já que ficou restrita a um público menor (Dias, 2015).

Tanto nas elaborações de Kanner, quanto as de Asperger, apesar de seus recortes históricos e geográficos, não deixaram de ressoar ao longo do século XX e adentrar no século XXI, visto que ambos estabeleceram um modo de caracterizar tal condição, que foi adotada hegemonicamente devido as suas similaridades de descrição nosológica. Neste período, especialmente a partir dos anos 1980, o diagnóstico é inserido na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

(CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), deixando de lado uma perspectiva psicanalítica e adotando um modelo biológico com agrupamento de sintomas e com designação própria nos manuais (Fernandes, Tomazelli e Girianelli, 2020).

Apenas na entrada do século XXI que o autismo passa a ser nomeado como Transtorno do Espectro Autista, estando no DSM-5 (sua quinta edição). É entendido como um transtorno do neurodesenvolvimento, ocorrendo a fusão dos diagnósticos transtorno autista, transtorno de Asperger e transtorno global do desenvolvimento, pois segundo o manual “os sintomas desses transtornos representam um *continuum* único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos distintos” (American Psychiatric Association, 2014, p. xlii).

Mesmo com os estudos de vários campos do conhecimento se propondo a estudar tal espectro, a carga moral, atribuída a uma certa identidade autista, é mantida, produzindo exclusões e sofrimentos, seja nas pessoas que estão na topografia do TEA, ou nos familiares delas. Isto, pois o autismo, com outras deficiências, passaram não apenas por processos de modulação e caracterização nosológica, mas, também sofreram com o olho biomédico, no qual a deficiência é encarada como uma tragédia pessoal e exclui-se o território que a pessoa está inserida (Oliver, 1990; Ortega, 2009).

A proposição de utilizar um a terminologia do “espectro” para se referir a condição foi proposta por Lorna Wing em 1981. Psiquiatra com uma filha autista, propôs o termo numa tentativa de expor a complexidade da condição, inclusive abandonando sua primeira proposta original de chamá-la de *continuum*, que poderia levar a uma percepção de estar numa espécie de linha contínua e linear de sintomas, de modo que uma “tríade de incapacidades”, de habilidades social, comunicação e imaginação, formavam combinações (Mas, 2018).

Apesar de uma concepção espectral inserir o autismo numa possibilidade combinatória de sintomas, ele aparece em inglês como *spectrum* (*Autism spectrum disorder*). Tal termo vem do latim, indica a aparência ou visão de algo, ou mesmo um simulacro. A palavra deriva de *specio*, um verbo que indica olhar, ver ou avisar (Ferreira, 1991). Instiga ainda o fato de espectro, ao longo do tempo, ter ganhado o significado de uma fantasmagoria.

Muito mais próximo do uso proposto por Wing, o espectro está nesta concepção de uma faixa de visível, ou percebida de algo, como utilizado na física inicialmente no estudo de ótica pela visão do

arco-íris de cores da luz que passa por um prisma. Além deste uso, hoje temos como exemplos os espectros de luz, ou radiação e, também, som.

Antes de conceber o TEA como um diagnóstico, aqui, ele é apresentado como um território, não apenas de suas faixas espectrais, mas sim nas suas latitudes, longitudes e transversalidades. Estar no TEA é um elemento de composição que pode apresentar uma identidade, mas não pode ser reduzido a isto. Ele forma parte do território existencial do cartógrafo, que além deste, possui outras montanhas, mares e campos que não estão em uma classificação diagnóstica.

Cabe ressaltar que a singularidade não se forma pela soma de condições, mas sim como elas se compõem, numa geografia e longe da dominação da matéria. Assim, quando há tal composição, ela está na ordem das intensidades que percorrem o corpo e como elas vão se estabelecendo unicamente ao longo do tempo. Como colocam Deleuze e Guattari (Deleuze e Guattari, 2012, p. 204), não há uma métrica possível, visto que se está no campo das intensidades, onde as grandezas:

[...] não são adicionáveis e deslocáveis: uma temperatura não é a soma de duas temperaturas menores, uma velocidade não é a soma de duas velocidades menores. Mas cada intensidade, sendo ela mesma uma diferença, se divide segundo uma ordem na qual cada termo da divisão se distingue do outro por sua natureza.

A condição de estar no mundo, a partir de um território autista, que foi se estabelecendo ao longo da cartografia, não é trazida aqui, portanto, sob tais características normatizadoras. Contudo, é importante estabelecer que o território existencial do pesquisador, se dá num território social já estabelecido previamente a própria existência dele, de maneira que o autismo também tem sua emergência histórica e relações de linhas de força que se sedimentaram ao longo do tempo.

Daí que, dos processos de subjetivação possíveis, a afirmação da vida, como a afirmação de que vive em um território que parte da deficiência, se torna também uma localização geográfica a partir da diferença. A cripistemologia aparece deslocando o discurso hegemônico da deficiência como uma condição que está localizada estritamente na esfera do indivíduo, e o move para a problematização destas próprias concepções já estabelecidas socialmente, tanto da deficiência, quanto da cura, tratamentos ou mesmo de idealismos na concepção do próprio ser humano (Braidotti, 2013; Greiner, 2023).

Esta produção social que enclausura a deficiência no indivíduo faz parte das propostas dos *disability studies* (estudos da deficiência). Ao longo de seu desenvolvimento, a partir dos anos 1980, compreendem-se as deficiências físicas, intelectuais, visuais, entre outras, pelo corpo de quem as vive

sendo atingido com os afetos decorrentes da produção social que visa expurgar a PCD da concepção de sociedade e humanos ideais (Ortega, 2009).

Esta proposta de entendimento das deficiências e como ela se dão na relação com a sociedade, ganha no TEA singularidades a partir da discussão de neurodiversidade. Termo popularizado pela socióloga Judy Singer, em 1998, que faz uma aposta na afirmação da diferença dos modos de ser de quem está no TEA, distanciando das concepções limitante e excludentes onde se pauta exclusivamente o autismo pela chave conceitual da homogeneização da doença (Araujo, Silva e Zanon, 2023). A neurodiversidade, por sua afirmação da diferença, acaba por conversar com a própria criptemologia e cartografia, visto que, estas, ao propor um abandono do idealismo platônico e uma construção conceitual de vida que parte da materialidade, desloca as questões para os estudos de como a diferença é suprimida e como a homogeneidade é prestigiada nos axiomas do estado moderno capitalista.

POLVO-GIGANTE-DO-PACÍFICO

I'm a chameleon

Nah, that's a bit pedestrian

I'm more like a giant Pacific octopus

Coming in for the kill

("Giant Pacific Octopus (i don't know you anymore)" ENTER SHIKARI, 2023)

Partindo das elaborações de Deleuze e Guattari, Kokubun (2018) coloca que, se no século XX uma chave de leitura necessária para compreender os autores era a esquizofrenia. Contudo, na contemporaneidade do século XXI, esta chave se daria pela deficiência, trazendo o autismo como uma condição que, neste século, tem suas características, como a ausência de “habilidades”, como uma implicação moral de déficit na comunicação que é gestada no próprio mundo neoliberal do capitalismo tardio.

O autismo não conjuga com as exigências econômicas do mercado atual. Na produção incessante e forçosamente valorada para a produção do capital, o modo de existir do autista precisa competir com o modo de produzir dos códigos estabelecidos pelo capital. A deficiência do autismo emerge no próprio modo de vida ideal estipulado socialmente (Kokubun, 2018).

Este modo de existir deficiente do autista é um modo *crip* (aleijado) do próprio ambiente social com ele. Ocorre que, na afirmação destes outros modos de existir, há de se aleijar o próprio mundo para tais diferenças serem reconhecidas. Aleijado, pois há uma própria construção epistemológica a partir da diferença que se afirma como tal, uma cripistemologia que busca na estranheza, na anomalia, a instauração de modos de existir (Greiner, 2023).

Aqui, a cripistemologia surge numa afirmação daqueles pontos elencados como problemáticos nas crianças com psicoses autísticas pelas afirmações de Asperger. Asperger cita que tal psicopatia levava a crianças que não teriam capacidade de relacionamentos sociais, e como colocou, “ninguém gosta realmente destas pessoas”, visto que “a comunidade os rejeita”. Mesmo com a originalidade do pensamento de tais crianças, ele colocava que “a originalidade pode ser disparatada, excêntrica e inútil” (Sheffer, 2019, n.p.).

É deste disparato e inutilidade que a normatização se rompe. Se o autista não consegue ter suas expectativas preenchidas pelo comportamento normatizado e esperado, é pelas bordas que saímos para poder, mesmo diante de um sofrimento, afirmar um modo de existir. Como Deligny (2015) traz de sua experiência com crianças autistas, quando geralmente falavam-se delas, nem crianças as consideravam, mas apenas “autistas”, estando aí, ou seja, em algum lugar destas possíveis relações normatizadas, que aparecem como um resto, aquilo sobra, num lugar de fissura deste topos já estabelecido e esquadrinhado. No lugar do “entre” que o comum é possível.

Neste topos que o cartógrafo se encontra, há uma singular combinação das multiplicidades que tais condições aparecem, e a linguagem não se exclui. Não é uma tarefa simples expressar, de um modo cartográfico, por meio de textos, fluxos desejantes advindos de um processo esquizo, num corpo de rigidez cognitiva e obsessões, e “mesmices”, conforme citava. Contudo, é uma tarefa válida. Válida, pois os paradoxos estão aí, modos de pensar considerados normais a ponto de estarem produzidos como axiomas do Estado moderno capitalista, numa linguagem normatizada sob égide da grafia divina, superstições validadas socialmente para diferenciá-las dos neuróticos, produzindo não somente corpos indesejados, mas também regulando o próprio ser humano desejado. O ser humano perfeito, ausente de qualquer deficiência, seja no seu corpo, comportamento ou pensamento.

Aqui, há a proposta da negação do camaleônico como modo de existir, escreveu-se por um *devir-polvo-gigante-do-pacífico*, na afirmação da diferença pelo tingimento do normativo, pela aceitação da diversidade de funcionalidades a ponto de que estas atinjam o mundo e o aleijem. *Devir-polvo-gigante-do-*

pacífico, que apesar de muitas vezes reconhecido por sua habilidade de camuflagem, não a utiliza apenas como uma configuração de defesa, mas também, para sua caça. Além desta organização de seu corpo, também jateia tinta ao seu redor em situações mais extremas. Não conjugando com o seu ambiente apenas numa tentativa de se defender de possíveis predadores, mas também, para manutenção de sua dieta. Além disso, ele também utiliza de sua característica como invertebrado para que sua forma também se modifique, entre em lugares praticamente impossíveis e inimagináveis para a conformação do corpo humano.

Da teoria *crip*, que surge como uma evocação da libertação destes fluxos que permitam um cuidado de si, na medida que atingem as próprias relações, expondo o medo do deficiente perante instituições, grupos e relações (McRuer, 2006). Desta maneira, a incursão numa cartografia, não apenas dá uma sequência em um desejo de continuar a aproximação e vivências com as pessoas em situação de rua e com os serviços de saúde, mas também implica uma reorganização do próprio pesquisador na sua cartografia, não como um pesquisador camaleão numa busca de passar despercebido e mimetizado pelo seu entorno, mas sim como um polvo-gigante-do-pacífico, num processo de autoanálise para compreender como seu corpo pode conjugar os encontros, de modo a afirmar os acontecimentos partindo da diferenciação do modo de existir autista.

Se há literalidade e rigidez cognitiva no autismo, cada afecção que rompe a repetição, atinge-o como um abalo sísmico. Disto, também há reflexões e criações aberrantes no caminho, se há detalhamento, também há concisão e objetividade.

POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES CRIP

Estas breves aproximações entre cartografia e cripistemologias a partir de um território autista apontam para questões que emergem pelos próprios movimentos das pessoas com deficiências em aleijar as normatizações colocadas. É destes movimentos que a própria produção de conhecimento pode ser posta em discussão de maneira que considere o sujeito que está implicado com este processo.

As pessoas com deficiências, têm nas cripistemologias uma das várias possibilidades de encarar a existência de um modo que a diferença e singularidade de seus corpos possam ser afirmadas. Esta afirmação, não exclui as questões de tratamentos possíveis para as questões próprias de cada corpo, como dores crônicas, restrições de movimento, comunicação verbal, entre outras, mas sim, que estes

corpos são únicos com suas potencialidades, e que o capacitismo, na forma de corporeidade compulsória, contribuiu para a manutenção de opressões as multidões minoritárias.

A cartografia, portanto, como este mapeamento, num exercício liberação de fluxos de desejo, contribuiu na medida que não concebe o corpo ou relações idealizadas, mas sim, se emaranha no direcionamento naquilo que Johnson e McRuer (2024, p. 116) chamam de criptistemologia viva: “O que significa chamar alguém de criptistemologia viva? Uma resposta poderia ser que as condições da vida de uma pessoa formam repetidamente a base para intervenções criativas incorporadas em lógicas capacitistas”.

Por fim, este devir-polvo-gigante-do-pacífico que aparece é um modo singular de expressar que interpretar alguém no espectro autista como “funcional” muitas vezes inclui na categoria de “funcional” o modo de produção capitalista. Ser funcional não é produzir conforme as demandas do aparelho de Estado ou reagir de modos adequados e esperados a certas situações sociais ou encontros, mas sim, funcionar naquilo que é válido na própria existência, no próprio modo de existir. Um niilismo positivo necessário, para não se estabelecer em deuses e sóis que estarão eternamente “a chegar” e salvar e reabilitar destes comportamentos “desajustados” e sim, na intensidade destes modos de estar no mundo, afirmar a existência.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico e transtornos mentais: DSM-5**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida Da; e ZANON, Regina Basso. AUTISMO, NEURODIVERSIDADE E ESTIGMA: PERSPECTIVAS POLÍTICAS E DE INCLUSÃO. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e247367, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572023000100312&tlng=pt. Acesso em 19/07/2024.

BIALER, Marina; e VOLTOLINI, Rinaldo. AUTISMO: HISTÓRIA DE UM QUADRO E O QUADRO DE UMA HISTÓRIA. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e45865, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/Gd3KgdZhpWFdTHrgbDRNr5S/>. Acesso em 19/07/2024.

BRAIDOTTI, Rosi. **The posthuman**. Cambridge, UK ; Malden, MA, USA: Polity Press, 2013.

COSTA, Luciano; e AMORIM, Alexandre Sobral Loureiro. UMA INTRODUÇÃO À TEORIA DAS LINHAS PARA A CARTOGRAFIA. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 14, n. 3, p. 912, 18 dez.

2019. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdespesquisa/article/view/8045/4450>. Acesso em 19/07/2024.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: Filosofia Prática**. Tradução: Daniel Lins, Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles; e GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a.

DELEUZE, Gilles; e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1**. Tradução: Ana Lúcia De Oliveira, Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011b.

DELEUZE, Gilles; e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5**. Tradução: Ana Lúcia De Oliveira, Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; e PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; e UHLMANN, Anthony. The Exhausted. **SubStance**, v. 24, n. 3, p. 3, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3685005>. Acesso em 19/07/2024.

DELIGNY, Fernand. **O Aracniano e outros textos**. Tradução: Lara De Malimpensa. São Paulo: n-1 edições, 2015.

DIAS, Sandra. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 18, p. 307–313, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/9WR3H6wHtdktmJpPkyLcJYs/?lang=pt>. Acesso em 19/07/2024.

ENES, Eliene Nery Santana; e BICALHO, Maria Gabriela Parenti. Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de Educação Especial no contexto da educação inclusiva. **Educação em Revista**, v. 30, n. 1, p. 189–214, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 19/07/2024.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; e GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v. 31, p. e200027, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/4W4CXjDCTH7G7nGXVPk7ShK/?lang=pt>. Acesso em 19/07/2024.

FERREIRA, António Gomes. **Dicionário de Latim-Português**. Porto: Porto Editor, 1991.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GREINER, Christine. **Corpos crip: Instaurar estranhezas para existir**. n-1 edições, 2023.

GUATTARI, Felix; e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HENZ, Alexandre. Uma política do esgotamento entre Beckett e Deleuze. **Cadernos de Subjetividade**, n. 12, p. 79–85, out. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernoss subjetividade/article/view/38447/26107>. Acesso em 19/07/2024.

JOHNSON, Merri; e MCRUER, Robert. Cripistemologies: Introduction. **Journal of Literary & Cultural Disability Studies**, v. 8, n. 2, p. 127–148, jan. 2014. <http://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/10.3828/jlcds.2014.12>. Acesso em 19/07/2024.

JOHNSON, Merri Lisa; e MCRUER, Robert. Cripistemologies Now (More than Ever!). **Journal of Literary & Cultural Disability Studies**, v. 18, n. 2, p. 115–134, 3 maio 2024. Disponível em: <http://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/10.3828/jlcds.2024.1>. Acesso em 19/07/2024.

KOKUBUN, Koichiro. Deleuze's imagination and the question of autism. *In*: The 6th International Deleuze Studies in Asia Conference, 2018, Anteo de Naga University(Philippines). **Anais [...]**. Anteo de Naga University(Philippines), 6 jul. 2018. Disponível em: <https://researchmap.jp/koichirokokubun/presentations/19542943>. Acesso em 19/07/2024.

LAES, Christian (ed.). **A Cultural History of Disability in Antiquity**. 1. ed. London, UK ; New York, NY: Bloomsbury Academic, 2020.

LOPES, Bruna Alves. Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos Anos 1970 a 2008. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 511–526, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/HsffYBhHfB8SrnfgRV9ZScD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19/07/2024.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2009.

MARFINATI, Anahi Canguçu; e ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. **Estilos da Clínica**, v. 19, n. 2, p. 244, 19 ago. 2014. Disponível em: <http://revistas.usp.br/estic/article/view/83866>. Acesso em 19/07/2024.

MAS, Natalie Andrade. **Transtorno do espectro autista - história da construção de um diagnóstico**. 2018. 103 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 27 jun. 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-26102018-191739/>. Acesso em 19/07/2024.

MCRUER, Robert. **Crip theory: cultural signs of queerness and disability**. New York: New York University Press, 2006.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3265–3276, out. 2016. <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF>. Acesso em 19/07/2024.

MENEZES, Rodrigo Carqueja de. Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze. **COMUM (FACHA)**, v. 11, n. 26, p. 66–85, jun. 2006.

OLIVER, Mike. THE INDIVIDUAL AND SOCIAL MODELS OF DISABILITY. *In: Joint Workshop of the Living Options Group and the Research Unit of the Royal College of Physicians*, 1990, London. **Anais [...]**. London: 23 jul. 1990. p. 1–7. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Oliver-in-soc-dis.pdf>. Acesso em 19/07/2024.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 67–77, fev. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CPcMbsxxyfF3CXSLwTcprwC/?lang=pt>. Acesso em 19/07/2024.

PIEPZNA-SAMARASINHA, Leah Lakshmi. **Care work: dreaming disability justice**. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2018.

PRADO FILHO, Kleber; e TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, p. 45–59, jun. 2013.

RUSSELL, Marta. **Beyond Ramps: Disability at the End of the Social Contract**. Kindle Edition ed. Monroe, Me: Common Courage Press, 2016.

SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena nazista**. Tradução: Alessandra Borrunquer. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVA, Selma Sueli. **Camaleônicos - A Vida de Adultos Autistas**. Belo Horizonte: Manduruvá Edições Especiais, 2019.

SILVA, Mônica Sampaio da; e SOUSA, José Renato de Araújo. A filosofia na perspectiva de Gilles Deleuze. **Cadernos do NEFI**, v. 2, n. 1, p. 58–74, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/cadernosNefi/article/view/10334/6742>. Acesso em 19/07/2024.



DUARTE, Luiz Gustavo; BORTOLETTO, Maira Sayuri Sakay. Cartografia como uma Cripistemologia: Reflexões a partir de um Território Autista. **Kalagatos**, Fortaleza, vol.21, n.3, 2024, eK24061, p. 01-23.

Recebido: 08/2024

Aprovado: 09/2024